

**ENTRE FONTES, CHAFARIZES E O DIQUE:  
A INTRODUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SALVADOR**

**BETWEEN SOURCES, FOUNTAINS AND THE DIKE:  
THE INTRODUCTION OF WATER SUPPLY SYSTEM IN SALVADOR**

**Francisco Antonio Nunes Neto\***

Doutorado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia

Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia

E-mail: [xicco7@yahoo.com.br](mailto:xicco7@yahoo.com.br)

Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil

---

\*Endereço: Francisco Antonio Nunes Neto

Universidade Federal do Sul da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire (IHAC).

Praça Joana Angélica, CEP- 45988058 - Teixeira de Freitas, BA – Brasil.

**Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho**

**Artigo recebido em 04/08/2014. Última versão recebida em 24/08/2014. Aprovado em 25/08/2014.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

## RESUMO

A partir dos jornais Diário de Notícias e A Tarde o texto analisa as questões em torno da introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador nas décadas primeiras do século XX. Nesta cidade, a partir do contexto do seu povoamento no século XVI, as fontes, os chafarizes e o Dique do Tororó se constituíram em locais onde a população abastecia moradias e estabelecimentos comerciais. Neste sentido, este artigo tem como objetivos verificar em que medida, de que maneira e em quais sentidos a introdução do sistema de abastecimento de água se configurou como uma nova prática cultural.

**Palavras-chave:** Fontes; Chafarizes. Dique. Sistema de abastecimento.

## ABSTRACT

From the newspaper Diário de Notícias and A Tarde, the text examines the issues surrounding the introduction of the water supply system in Salvador in the early decades of the twentieth century. In this city, from the context of their settlement in the sixteenth century, fountains, fountains and the Dique do Tororó were formed in places where the population supplied homes and commercial establishments. In this sense, this article aims to examine to what extent, how and in which way the introduction of the water supply system was configured as a new cultural practice.

**Key Words:** Fountains. Dike. Supply system.

## INTRODUÇÃO

A história das formas de abastecimento de água em Salvador assim como a dos fortes<sup>1</sup> se relaciona com o contexto histórico no qual a Coroa Portuguesa passou a intensificar a ocupação e colonização das terras do Novo Mundo<sup>2</sup>. Durante mais de três séculos as fontes, os chafarizes, o dique do Tororó assim como as lagoas do Abaeté<sup>3</sup>, funcionaram como principais lugares onde a população soteropolitana buscava água para as suas necessidades cotidianas. Desde a fundação da cidade a utilização deste recurso hídrico articula-se a diferentes momentos da história de sua história nos quais as ideias de sociedade, política, economia, produção e consumo de mercadorias deram lugar às diversas concepções sobre a importância da água como um bem necessário à sobrevivência da população.

Dessa maneira o artigo discute num primeiro momento como ao longo dos anos 30 do século XX os aguadouros públicos prestavam-se às necessidades cotidianas da população quando a cidade passou a assistir a introdução do sistema de abastecimento de água nos domicílios residenciais e comerciais, contexto em que também se registram as disputas político-comerciais sobre a utilização dos aguadouros públicos por grupos e instituições sociais que exerciam algum monopólio sobre as formas de uso. Nesta parte do texto estabelecemos uma espécie de *cartografia* das fontes e chafarizes da cidade. Raríssimas, algumas entre elas, ainda podem ser notadas no cenário urbano de Salvador em condições depreciáveis quando não em ruínas. Num segundo momento discutiremos a introdução do sistema de abastecimento de água como um atributo da modernização, urbanização e civilização dos costumes e os impactos correlatos advindos causados no interior das práticas culturais soteropolitanas provocando a população a adotar uma nova forma de usar a água no seu dia-dia.

### 1. Os aguadouros públicos na história de Salvador

---

<sup>1</sup>Cidade fortaleza, Salvador, no contexto do século XVII, passou a ser protegida por alguns fortes, de forma a que fosse evitada a invasão por outros europeus. Dentre os mais conhecidos e ainda existentes notam-se os fortes Santo Antonio da Barra (XVII), Santa Maria (XVII), São Diogo (XVII), São Pedro (XVIII), São Paulo da Gamboa (XVIII), São Marcelo (XVII) e o Forte do Barbalho (XVIII). In: BAHIA. IPAC/Monumentos. s/d.

<sup>2</sup> Cf. ANDRADE, Maria José de Souza. “A estrutura e os fundamentos da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XVI”. In: NEVES, Vera Mendes da Costa (org.). Salvador: SEC/IAT/Boanova, 2000.

<sup>3</sup> O que se convencionou chamar de “Lagoa do Abaeté”, na verdade, era um complexo hídrico formado pelas seguintes lagoas: Abaeté, Abaeté de Catu, Pisquilha, Lagoa dos Dois-Dois, Lagoa dos Urubus, Lagoa dos Pombos, Lagoa da Barragem. Cf. vídeo/documentário sobre as lavadeiras, IRDEB – Instituto de Rádio e Difusão do Estado da Bahia.

A irrupção da República em finais do século XIX no Brasil ocasionou uma intensa e desenfreada corrida rumo ao progresso, momento em que os ideais de modernização, urbanização, higienização e civilização dos costumes provocadas pelo desenvolvimento e propagação do conhecimento científico já havia sido praticado em outros países europeus como Inglaterra e França. Os influxos daqueles ideais de modernização e civilização dos costumes reverberaram em cidades do Novo Mundo como Salvador, outrora, colônia portuguesa.

Na transição entre finais do século XIX e primeira metade do século XX como Salvador não possuía um sistema de abastecimento de água, as fontes – nem sempre públicas –, os chafarizes e o dique do Tororó se constituíram como lugares principais utilizados pela população para a realização de uma dezena de serviços como banhar animais, lavar roupas e abastecer os logradouros residenciais e comerciais.

Figura 1- Lavadeira e aguadeiros



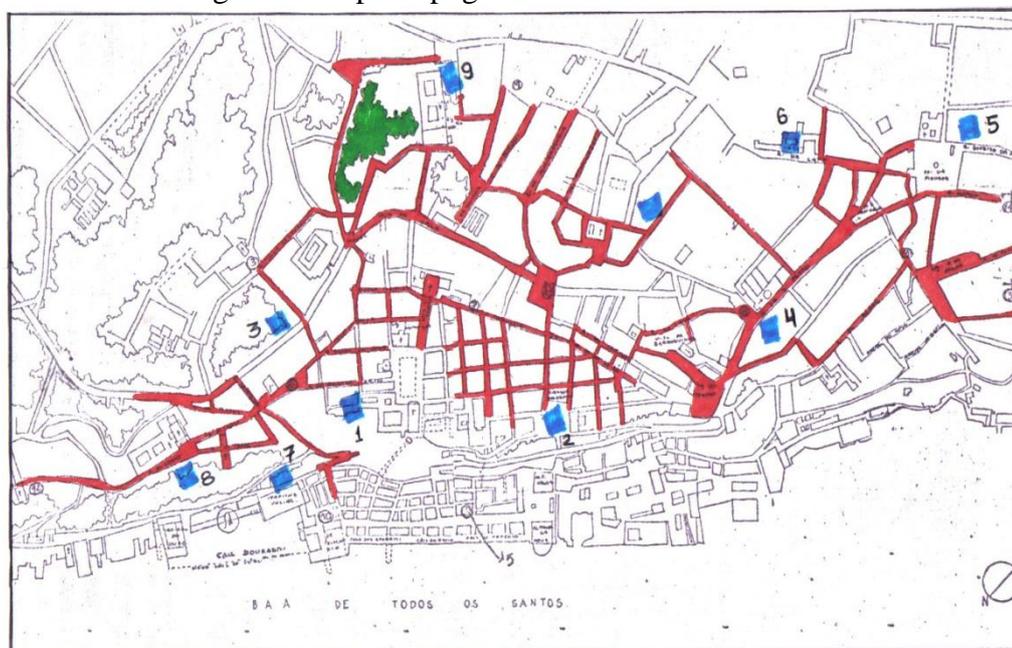
Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Na desordenada organização da cidade os aguadeiros se constituíam em espaços ruidosos nos quais facilmente se identificava trabalhadores autônomos diversos como as lavadeiras e os aguadeiros – homens que em seus burros e jegues ladeavam a cidade prestando o serviço de vendagem de água nos estabelecimentos comerciais e residenciais.

Os lugares da cidade onde havia os aguadouros possibilitou delinear paisagens humanas nas quais os homens e as mulheres negras em sua maioria se encontravam, geralmente, acompanhados pelos seus filhos e filhas que junto consigo andarilhavam pelas ruas, becos, vielas e ladeiras de Salvador. Em suas crônicas de costumes Hildegardes Vianna assinala que:

[...] era fácil identificar uma lavadeira. A visão de uma mulher descalça com uma trouxa de roupa à cabeça nos dias de segunda-feira era trivial. Andava pelas ruas, saias meio arregaçadas, seguida a curta distância por um filho ou filha de pouca idade carregando galhos secos miúdos ou pontas de madeira de desmancho reunidos num feixe. Esta era a mulher que levava roupa para a fonte ... Era a lavadeira, profissional de um dos mais duros e penosos trabalhos que se possa imaginar<sup>4</sup>,

Figura 2- Mapa Topográfico da Cidade de Salvador



Fonte: WEYLL, Carlos Augusto. [adaptado]

LEGENDA:

1. Fonte dos Padres ou do Taboão
2. Fonte das Pedreiras
3. Fonte do Gravatá
4. Fonte de São Pedro
5. Fonte do Queimado
6. Fonte do Coqueiro
7. Fonte da Munganga (Jequitaia)
8. Fonte do Baluarte (Santo Antonio Além do Carmo)
9. Fonte do Dique

<sup>4</sup> VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. 2ª ed., São Paulo: GRD, 1979, p. 152.

Tororó, Água Brusca, Jequitaia, Vale dos Barris, Vale do Rio das Tripas, Taboão, Contorno, Mares dentre outros lugares, eis os aguadeiros e as lavadeiras a caminho das fontes. Ao tratar sobre o cotidiano de trabalho das mulheres negras na Bahia do século XIX Cecília Moreira Soares afirma em suas análises ser possível traçar uma geografia, um percurso em que facilmente se encontravam as trabalhadoras negras. Para essa historiadora algumas áreas da cidade de Salvador “eram mais negras” que outras. Tomando os dados referentes do censo realizado na segunda metade do século XIX, Soares salienta que:

Em 1872 foi realizado o primeiro censo de caráter oficial permitindo, dentre outras coisas, verificar a distribuição por cor e sexo dos moradores de Salvador ... O censo também permite constatar que havia áreas mais negras que outras. As mulheres negras estavam concentradas, sobretudo, nas paróquias do Passo, Vitória e Conceição da Praia onde serviam como domésticas. Mas sua presença também era significativa nas freguesias do Pilar, Mares e Penha.<sup>5</sup>

De um total de mais ou menos vinte fontes existentes na cidade naquele contexto as mais frequentadas eram: Fonte do Pereira, Fonte das Pedreiras, Fonte dos Padres ou do Taboão, Fonte do Gravatá, Fonte do Coqueiro, Fonte da Munganga, Fonte do Baluarte, Fonte do Dique e Fonte Nova. O mapa anterior desenha uma cartografia para algumas fontes hídricas de Salvador. A partir dele, é possível perceber as trilhas urbanas percorridas pelas lavadeiras no cotidiano dos seus ofícios.

A Fonte do Pereira é a mais antiga de Salvador. Sua história remonta ao século XVI quando da montagem da economia colonial. Foi encontrada por um dos membros do grupo de Thomé de Souza, primeiro governador-geral, cujo sobrenome era “Pereira”. Este passou a comercializar água entre os demais membros do grupo do governador-geral. De acordo como observado no jornal A Tarde

Mais tarde outros negociantes foram aparecendo estimulados pela prosperidade do Pereira. E surgiram a Fonte das Pedras, a Fonte do Gravatá, a Fonte do Gabriel, da Munganga, dos Coqueiros da Piedade, da Água Brusca, etc.<sup>6</sup>

A Fonte das Pedreiras também originária do século XVI situava-se na localidade da Preguiça próximo ao então Convento de Santa Tereza. Foi muito utilizada para o abastecimento das pequenas e médias embarcações, também sendo muito frequentada pelos

---

<sup>5</sup> SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, p. 17. (Dissertação).

<sup>6</sup> Jornal A Tarde. 17 de fevereiro de 1939. Cf. a matéria intitulada “A pré-história da água encanada: as velhas fontes e os belos chafarizes”.

moradores da localidade hoje conhecida como Cidade Baixa, região que se estende até à Península de Itapagipe na Ribeira. “Este tipo de fonte foi muito comum em toda Cidade Baixa”.<sup>7</sup> Sendo uma das mais antigas fontes da cidade, cronistas e viajantes em passagem por Salvador já faziam menção a esse aguadouro em seus relatos de viagens, alguns apontando para a qualidade da água aí encontrada, observação refutada mais tarde por Luis dos Santos Vilhena em *A Bahia do Século XVIII*<sup>8</sup>. Em 1851 o Conselheiro e Senador do Império Francisco Gonçalves Muniz reedificou a Fonte das Pedreiras. Ao que tudo indica parece ter sido a única reforma ocorrida, muito embora, em 1887, a municipalidade soteropolitana tenha ordenado a limpeza e restauração das fontes existentes na cidade. A Fonte dos Padres ou do Taboão construída entre os séculos XVI e XVII localizava-se na Ladeira do Taboão elo entre a Cidade Alta e Cidade Baixa. O seu nome decorre do fato de ficar em terreno cedido pelos padres jesuítas.

A princípio a fonte dos padres supria de água o colégio dos jesuítas. Mais tarde passou a abastecer o crescente bairro das Portas do Carmo e as embarcações cujos ancoradouros se estendiam até a Jequitiaia.<sup>9</sup>

Em 1628 foi remodelada pelo pedreiro Pantaleão Bras que incorporou à estrutura duas bicas de mármore. A Fonte do Gravatá fundada entre os séculos XVII e XVIII se situava entre as ruas do Gravatá e Independência na Cidade Alta. Abastecia as localidades da Palma, Mouraria e Santana. Segundo Vilhena,

[...] a mais imunda e pior de todas; é, porém a mais frequentada por ser a única pública que há dentro da cidade; digo pública por ser naquela paragem: há, porém alguns poços de que seus donos vendem a água a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte.<sup>10</sup>

Com relação à qualidade da água Vilhena destacou apenas a das Fontes do Queimado situada atrás do Convento da Soledade e a Fonte de São Pedro. A Fonte do Coqueiro, uma construção do século XVIII, apresentava estilo arquitetônico diferente das demais. Situava-se atrás do Convento da Lapa e pela sua localização “abastecia primitivamente os bairros da

---

<sup>7</sup> Cf. BAHIA. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Inventário de proteção do acervo cultural*. s/d, Vol. 1, p. 179.

<sup>8</sup> Segundo o autor, “não há dentro da cidade uma única fonte, cuja água se possa beber, quando para gasto não abundam”. Cf. VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969, p. 102.

<sup>9</sup> Idem, p. 182.

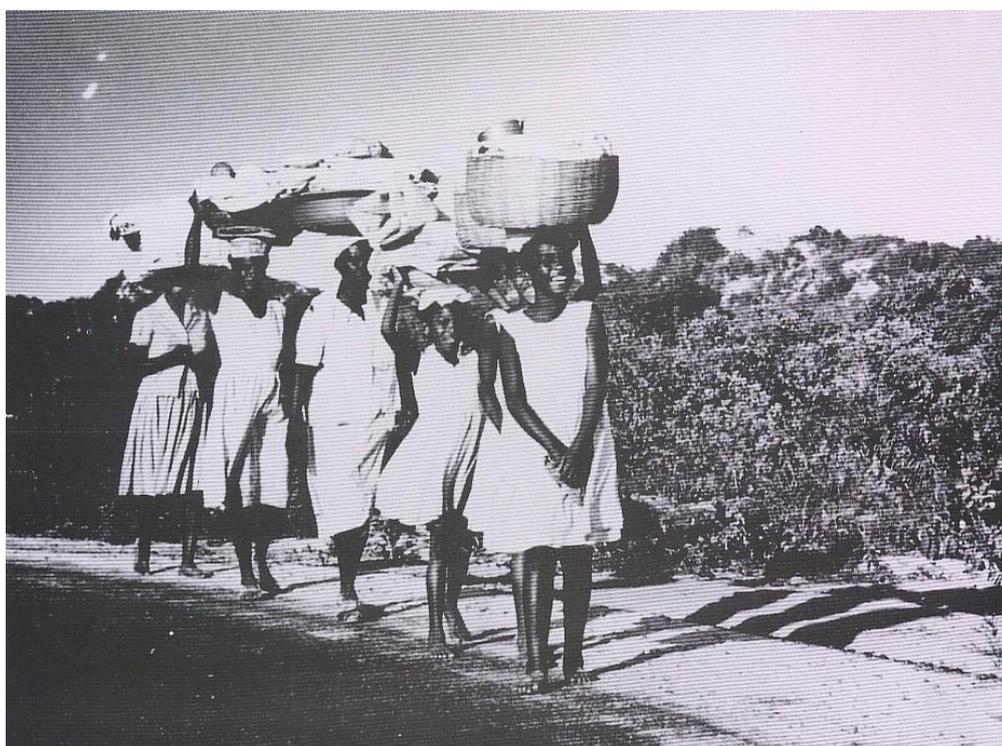
<sup>10</sup> Ibid, p. 103.

Piedade e dos Barris que assim chamava em consequência dos barris que eram vistos com frequência a caminho da fonte”.<sup>11</sup>

Também do século XVIII a Fonte da Munganga localizada na Jequitaiá se diferenciava das demais fontes da cidade por possuir apenas uma pia devido e um pequeno volume de caimento de água. Naquela época Salvador não possuía nenhum mecanismo de melhoramento hídrico nas fontes. Estas possuíam água salobra e de baixa qualidade. Discutindo a utilização das fontes públicas em Salvador no contexto por este historiador denominado *Belle Époque* tardia, Alberto Heráclito Ferreira Filho afirma que:

[...] o caminho da fonte era um percurso comum para a grande parte da população de Salvador na República Velha, visto serem poucas as casas que podiam contar e pagar a água encanada. As fontes do Gabriel, Pereira, Padre, Pilar, Água de Meninos, Queimados, Pedras, Nova, Dique, Tororó, dentre outras tantas espalhadas pela cidade eram lugares ruidosos frequentados por centenas de pessoas, sendo que os aguadeiros, as lavadeiras e os seus filhos pequenos seriam, no fluxo de pessoas que dirigiam-se às aguadas públicas, a presença mais constante.<sup>12</sup>

Figura 2- Lavadeiras a caminho da fonte



Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

<sup>11</sup> BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Inventário de proteção do acervo cultural*. s/d, Vol. 1, p. 186.

<sup>12</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina na Belle Époque imperfeita*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, p. 55. (Dissertação)

A Fonte do Baluarte situava-se na Ladeira da Água Brusca aos fundos do baluarte ou fortaleza na freguesia Santo Antonio Além do Carmo. Originária do século XVIII, nesta fonte:

[...] os chafarizes localizavam-se dentro de um pequeno compartimento cujo ingresso é controlado por portas, o que faz supor que fosse uma fonte privada. Seu frontispício apresenta frontão barroco de volutas semelhantes às das igrejas baianas do século XVIII, especialmente da igreja de N.S. do Loreto, na ilha dos Frades.<sup>13</sup>

Do século XIX, a Fonte do Dique apresentava outro estilo arquitetônico. Situada à margem oeste do dique do Tororó esta fonte se diferenciava das demais porque “em lugar da água ser elevada por balde suspenso em roldana como é comum nas fontes deste tipo, foi desde o início instalado um sistema de bomba manual que recalava a água encosta acima”<sup>14</sup>, facilitando a tarefa de recolhimento por seus usuários. Também diferente das outras em função do seu estilo arquitetônico, permanecia sempre fechada evitando que detritos caíssem no seu interior. Dessa maneira, as fontes funcionaram em Salvador a partir do século XVI como meio de obtenção de água pelas famílias de um modo geral para seu consumo e uso diários. Quando a partir dos anos 30 do século XX a cidade iniciou a implantação do sistema de abastecimento de água via tubulação, as fontes, aos poucos, passaram a ser menos frequentadas não perdendo, porém, a função de abastecimento entre uma significativa parcela da população que em função do preço praticado para a instalação da tubulação e registro de contagem não podia usufruir destes serviços.

Os chafarizes, a partir das determinações do presidente da província da Bahia e de acordo com a Lei Provincial nº 451 de 17 de junho de 1852 se constituíram, juntamente com as fontes, em lugares para o abastecimento da população urbana da cidade do Salvador. Eram administrados pela Companhia do Queimado, órgão da gestão municipal que cuidava da limpeza, manutenção e reparos bem como da venda/negociação das águas dali retiradas. O primeiro deles foi colocado no largo do comércio onde hoje é a Praça Conde dos Arcos. Alguns chafarizes foram comprados em países europeus como França e Inglaterra. Segundo identificado numa reportagem do A Tarde:

Os chafarizes eram levantados nas praças mais importantes da cidade, naquelas situadas em bairros populosos. Inaugurado o primeiro num dia de grande festa e vibrantes discursos, a

<sup>13</sup> BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Inventário de proteção do acervo cultural*. s/d, Vol. 1, p. 190.

<sup>14</sup> Idem, p. 192.

Companhia do Queimado, impôs o preço da água. Uma carga equivalente a quatro barris custava a bagatela de \$400 réis. O negócio rendia a olhos vistos. Outro grande chafariz em ferro fundido foi colocado no Terreiro de Jesus, praça central do Pelourinho. Em frente ao Teatro São João, na então Praça do Teatro, no lugar onde hoje se ergue o edifício da Secretaria de Agricultura, também foi levantado um custoso e artístico chafariz em puro mármore Carrara encimado por uma estatua de Cristovão Colombo, sendo transferido em 1920 para a Praça da Inglaterra.<sup>15</sup>

Em diversos logradouros da cidade como Piedade, Campo Grande, Pelourinho, Saúde, dentre outros, os chafarizes se constituíam como parte integrante do cenário urbano. Como as fontes e os chafarizes, o dique do Tororó passou a ser utilizado por populares soteropolitanos para um sem número de serviços como lavar roupas, banhar animais, lavar carroças, automóveis particulares e de praça, dentre outros, configurando um aglomerado humano.<sup>16</sup>

No Breviário da Bahia de Afrânio Peixoto encontramos informações sobre a história e antigas dimensões do dique do Tororó, lugar que já foi motivo de inspiração entre poetas e cantores populares. Em 1932 o prefeito da cidade ordenou uma rígida limpeza para retirar a sujeira existente no lugar em função das práticas cotidianas locais de lançar detritos e objetos no em suas águas. Ao que parece, tais práticas continuaram a existir. Como uma decorrência do processo de ampliação urbana iniciado em Salvador mais fortemente nas décadas primeiras do século passado, o dique do Tororó passou por um processo de achatamento. Aos nossos dias, circunscrito a um dos braços da Avenida Vasco da Gama e aos bairros Engenho Velho de Brotas, Garcia e Tororó, outrora o Dique possuiu uma extensão maior como podemos inferir na citação em epígrafe:

[...] o povoamento da Barroquinha (...) fundos de São Bento, São Francisco, do Carmo, Estrada Nova, Fonte Nova, Baixa dos Sapateiros, até as baixadas que dominam o Forte do Barbalho (...) foi, de vários lados, diminuindo o Dique, entulhadas as margens e canalizadas as águas, aterro para ruas e logradouros. O grosso do Dique permaneceu no Tororó, hoje com cerca de dois quilômetros de extensão, de três ou quatro vezes que fora.<sup>17</sup>

Notamos no A Tarde a seguinte reportagem sobre o dique do Tororó:

---

<sup>15</sup> Jornal A Tarde. 17 de fevereiro de 1939. Ver a matéria “A pré-história da água encanada: as velhas fontes e os belos chafarizes”.

<sup>16</sup> Cf. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Sara Letras, 1996. Nesta obra, o autor discute como as condições sanitárias das habitações e ruas da cidade de Salvador proporcionaram uma rápida difusão do Cholera Morbus. Neste sentido, refere-se ao fato de como a água de tornou um veículo propagador da epidemia. Cita o Dique do Tororó como um dos lugar utilizado pela população para abastecimento e realização de serviços.

<sup>17</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Ministério da Educação e Cultura, 1980, p. 35.

“Uma dádiva da natureza”

O Dique poderia ser na Bahia uma Segunda Lagoa Rodrigues de Freitas. Porque a Prefeitura não facilita a particulares o seu aformoseamento? Toda vez que, pelo poder municipal se tem cogitado de um novo plano de urbanização da cidade, o asseio e aformoseamento do Dique, à antiga Estrada 2 de Julho, é considerado assunto de primeiro plano. De fato, estava a merecer o Dique sorte bem diferente da que infelizmente lhe coube relegado que foi o injustificável senão criminoso desprezo.<sup>18</sup>

No ano de 1935, contexto da citação supra mencionada, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia promoveu a Semana de Urbanismo organizada pela Comissão do Plano Diretor da Cidade do Salvador. O evento teve como tema da sessão inaugural: Urbanismo e sua aplicação à Cidade do Salvador. Entretanto, nada de significativo com relação à conservação e cuidados com o dique para que a população pudesse utilizá-lo em condições salubres foi discutido durante o evento. Encontramos várias reportagens como a que se segue sobre o estado de abandono em que se encontrava, tratado por alguns moradores da região como “foco da vadiagem”.<sup>19</sup>

“A zona do Dique infestada de malandros”

A margem do Dique nas imediações do Tororó, da maneira por que se encontra infestada por desocupados, merece a atenção da polícia que ali deve manter a mais rigorosa vigilância e ampliar o número de policiais. Em virtude disso, diariamente se registram naquela zona vários conflitos e outras tantas irregularidades trazendo em sobressalto os moradores locais.<sup>20</sup>

Havia um documento que continha uma cláusula que obrigava a companhia cessionária<sup>21</sup> do Serviço de Viação Urbana cuidar do “aformoseamento” deste lago, porém, “essa clausula desapareceu e o dique continuou no mesmo abandono”.<sup>22</sup> Esse fato refletia o descaso quanto à necessidade de promover no dique o que o saber urbanístico na época denominava aformoseamento, melhoramento paisagístico. Enquanto as providências não eram tomadas os moradores das redondezas se mostravam insatisfeitos com a falta de iluminação e calçamento.

---

<sup>18</sup> Jornal A Tarde. 18 de Julho de 1935.

<sup>19</sup> Um número significativo de matérias foi encontrado sobre práticas suicidas nas águas do Dique do Tororó. Até onde foi possível perceber, as pessoas que se atiravam praticavam tal ato por uma série de fatores, desde embriaguez – mais comuns para os homens –, brigas de ordem conjugal ou falta de perspectiva diante das dificuldades de sobrevivência. A forma como são descritos os trajés das pessoas, nos faz acreditar que em grande medida, eram pessoas das classes populares.

<sup>20</sup> Jornal A Tarde. 11 de dezembro de 1934.

<sup>21</sup> Empresa ligada a administração municipal, encarregada da administração e manutenção das vias públicas e aguadouros.

<sup>22</sup> Jornal A Tarde. 19 de outubro de 1938.

Como já fora aludido anteriormente, as águas do dique eram utilizadas por um sem número de famílias para a realização de uma variedade de serviços tais como: transporte (translado) de pessoas pelos barqueiros de um lado a outro de suas margens, lavagem de roupas, abastecimento de água pelos aguadeiros, banho em animais, banhos em crianças, escamar (tratar) peixes, limpar mariscos, caranguejos e siris, dentre outras formas de utilização das águas, práticas cotidianas que desafiaram o saber médico que naquele contexto desferia pesados ataques e processos de sanitização e higienização na cidade.

## **2. Entrou água! Aspectos da introdução do sistema de abastecimento em Salvador**

Nas principais cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre o período compreendido entre a passagem do século XIX a meados do século XX deu lugar a um intenso processo de urbanização em seus centros urbanos respaldado por um saber médico que buscava higienizar e civilizar os costumes e as práticas culturais. Em Salvador, higienizar se confundia com a necessidade de promover o varrimento de pretos e pobres das áreas centrais da cidade, o que se denominou, numa expressão da época desfrancizar. Tais iniciativas dialogavam e funcionavam como desdobramento das teorias racistas<sup>23</sup> elaboradas em países europeus e introduzidas no Brasil servindo como legitimadoras das práticas de manutenção das desigualdades entre brancos e negros na cidade, forjadas no mando e na obediência.

As ruas com seus aspectos de sujeira assim como as casas passaram por interdições sanitárias que simbolizavam o reordenamento daqueles espaços. Os tipos de moradias, sobretudo entre os grupos sociais menos favorecidos, sinalizavam para as difíceis condições em que vivia aquela parcela da população amontoadas em sobrados e casebres que possuíam, geralmente, um cômodo. Identificamos nos periódicos Diário de Notícias e A Tarde ao longo das leituras e análises empreendidas nas edições publicadas anos 30, que nos anúncios de aluguéis de casas o item janela funcionava ao mesmo tempo como atributo de modernidade e atrativo num momento em que possuir janelas – no plural – designava as novas tendências arquitetônicas, refletia o desejo do saber médico em promover a profilaxia nos lares promovendo o arejamento dos ambientes, também funcionando como distintivo social. Quanto maior quantidade de janelas, melhor poder aquisitivo.

---

<sup>23</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

O preço do aluguel praticado pelos proprietários de imóveis entre os inquilinos, trabalhadores negros, pobres e autônomos em sua maioria, era incompatível<sup>24</sup> com o orçamento mensal que disponibilizavam. Por diversas vezes, naquele contexto, o major Cosme de Farias solicitou ao poder municipal que revisse a questão do aumento do preço dos aluguéis que recaía mais pesadamente sobre a massa de subempregados.

Os anos de 1855, 1888 e 1889 são emblemáticos para compreendermos a conjuntura política e cultural do Brasil e da Bahia no que tange aos processos de modernização introduzidos no país mais fortemente durante a primeira metade do século XX. Em Salvador o ano de 1855 marcou a desastrosa deflagração da epidemia do *Cholera Morbus*. Num espaço muito curto de tempo, a cidade assistiu atônita a morte de centenas de pessoas infectadas pelo então denominado “*inimigo invisível*”, fato que colocou em xeque o saber médico aterrorizando a população, desorganizando a economia e alterando as relações sociais. Segundo Onildo Reis David, “a morte de trabalhadores ligados à produção e ao transporte de víveres repercutiu sobre o comércio. Logo se verificou uma crise de abastecimento”<sup>25</sup>.

Em finais de 1856 em outras cidades baianas o número de pessoas infectadas pelo cólera somava mais de 36.000 vítimas. Naquele cenário, a epidemia proliferou-se indistintamente entre ricos e pobres que se contaminavam, majoritariamente, através do consumo de água contaminada. Como argumenta David, naquele período “a capital da província enfrentava graves problemas de limpeza pública.”<sup>26</sup> Neste sentido, quando as cidades brasileiras intensificaram o processo de urbanização e civilização dos costumes e das práticas sociais foi neste cenário de pouca ou inexistente higiene que os médicos sanitaristas passaram a intervir.

1888 foi o ano em que foi abolido o trabalho escravo, momento controvertido da história brasileira, uma vez que, se por um lado acabava-se com o regime de escravidão por outro as formas como os ex-escravos continuaram sendo tratados denotava a inexistência de projetos de inserção social para aquele contingente populacional. As formas de tratamento praticadas sobre essa parcela da população funcionavam como reflexo de uma sociedade calcada no poder senhorial branco indiferente às condições existenciais e de sobrevivência de milhares de negros e negras ex-escravas e seus filhos libertos. Existe uma vasta produção

---

<sup>24</sup> Variavam entre 35\$000 e 50\$000. Ver: Jornal A Tarde. Período situado entre os anos de 1930 e 1939.

<sup>25</sup> DAVID, Onildo Reis. Op. Cit., p. 16.

<sup>26</sup> Idem, p. 21.

historiográfica que discute os tipos de ocupações e ofícios<sup>27</sup> nos quais a população alijada do recente trabalho escravo exercia para sustentar-se e as suas famílias.

O ano de 1889 pode ser tomado não apenas como o marco da invenção de uma república brasílica mas como momento em que os poderes locais se somaram tentando sincronizar política, economia e civilização dos costumes e das práticas culturais. De acordo com José Murilo de Carvalho o

[...] curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização.<sup>28</sup>

Nesta direção, os processos relacionados ao progresso, civilização dos costumes e das práticas sociais arrastam-se no Brasil de 1888 até os nossos dias.

Assim sendo, este artigo discute como nas três primeiras décadas do século XX as questões relacionadas à introdução de um sistema de abastecimento de água em Salvador dialoga com as medidas de modernização adotadas pela municipalidade soteropolitana, articulando, como a introdução a do fornecimento doméstico de água como uma nova prática cultural causou impactos e transtornos no cotidiano de uma cidade até então acostumada a pegar água nas fontes, chafarizes, diques e lagoas.

Em Salvador o reordenamento urbano se processou diferencialmente das demais cidades brasileiras uma vez que os ideais de urbanização adotados pelas políticas públicas estabeleceram diferentes padrões de arrumação urbana. Como a maior parte da população era formada por pretos e pobres, parcela majoritária e indesejada, os poderes locais procuraram promover a minimização ou o desaparecimento daquelas pessoas das áreas centrais da cidade.

De maneira incipiente a implantação do sistema de saneamento de água alongou-se por toda a primeira metade do século XX. Nas leituras realizadas nos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias* observamos os diversos transtornos decorrente da introdução do sistema de abastecimento de água ao longo dos anos 30, fosse pela dificuldade no fornecimento, fosse pelos preços então praticados, o que afetava as rotinas cotidianas nas casas e estabelecimentos comerciais. Em uma carta enviada ao *Diário de Notícias* um morador do Tororó mostrou a sua indignação quanto ao fato:

---

<sup>27</sup> Majoritariamente, no mercado informal: sapateiros, engraxates, feirantes, lavadeiras, carpinas, artesãos, domésticas, engomadeiras, dentre outros.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 24.

Prezado Sr. Redator do conceituado Diário de Notícias, saudações:

Esta tem por fim solicitar de s.s tornar público o estado lastimável que se encontram moradores do Tororó que amanheceu sem uma gota de água para a necessária higiene pessoal e do lar e ainda mais para a manipulação do café. Digo – tornar publico – para conhecimento de implacáveis patrões que não atendendo as apresentadas por seus empregados que não podem ir ao trabalho sem o necessário asseio e o café repreendemos-nos amargamente descontando diárias de uns e ameaçando de dispensar outros que não pela esperança dos poderes públicos que se lhes não pagar mensalidades cortam a pena mas recebem o cobre não dão água, e quando dão é a porção e a hora que querem e de ma qualidade! Ainda hoje eu pagava até UM MIL RÉIS! Por uma lata de água, mas não a encontrei.<sup>29</sup>

Esta carta, além de denunciar a carência da água e as punições as quais os trabalhadores estavam submetidos caso faltassem ao serviço, também evidencia a adoção de práticas de higiene tanto pessoal como doméstica. Duas semanas após, no mesmo periódico identificamos outra denúncia contra um empregador que possuindo em seu terreno uma pequena fonte, cobrava dos empregados pela sua utilização.

“Dai água a quem tem sede!”

Os pobres trabalhadores não podem pagar o precioso líquido que bebem.<sup>30</sup>

Em Salvador, uma das metas do processo de modernização era a instalação do sistema de abastecimento de água como uma forma de superar o costume praticado entre a população de pegar água nos aguadouros. Aos poucos e com certo incômodo a população passou a adotar como prática cultural o hábito de não mais sair de suas moradias para abastecê-las ou pegar água para a realização dos serviços, no caso dos trabalhadores autônomos como as lavadeiras. Os anos 30 registra o momento em que as obras de implantação do sistema hídrico foram ganhando maior impulso na cidade:

“Abastecimento de água à cidade: para ver o que já se tem feito nessas obras”

Com louvável objetivo de tornar conhecida do publico, através da imprensa diária, a marcha das vultosas obras, atacadas em vários pontos da cidade, para o abastecimento de água á população, o dr. Barros Barreto, secretario da Saúde e Assistência Publica, organizou uma visita de jornalistas para depois de amanhã á tarde em companhia dos respectivos técnicos da comissão de saneamento.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Jornal Diário de Notícias. 31 de Janeiro de 1931.

<sup>30</sup> Jornal Diário de Notícias. 11 de Fevereiro de 1931.

<sup>31</sup> Jornal A Tarde. 10 de Maio de 1930.

Enquanto seguiam as obras que envaideciam o poder local nada de significativo em termos de políticas públicas para pretos e pobres era praticado. Logo, havia um descompasso entre as práticas modernizadoras com as condições sociais em que vivia a maior parte da população. Contexto que em Salvador se acentua a antagonização entre o centro e a periferia urbana e seu processo de favelização.

As demandas pela normalização no atendimento dos serviços relacionados ao abastecimento de água prolongaram-se durante longo período; as queixas e reclamações também. É possível dizer que os discursos e as práticas modernizantes revelavam a ineficácia e inoperância entre os técnicos responsáveis pelas obras de implantação do sistema de abastecimento. A todo instante os moradores de Salvador protestavam contra a constante falta de água. E, ainda que sem acesso aos serviços eram obrigados a pagar as taxas cobradas periodicamente. Neste cenário tornou-se:

[...] quase que diários os pedidos que recebemos do arrabalde do Rio Vermelho, para reclamar, a quem competir, contra a falta de água que vai tornando verdadeiramente angustiada a situação ali. Essa irregularidade está sendo notada era acerca de 20 dias, havendo zonas como pontos mais altos, em que, nesse período, as torneiras não deixam escorrer uma gota registrando as reclamações, enedreçamo-as á Seção de Águas, que é de esperar tome providencias, que urge não sejam retardadas.<sup>32</sup>

Tornaram-se também freqüentes os estouramentos de canos de água e esgoto, o que refletia a pouca habilidade e conhecimento técnico utilizadas no processo de implantação do sistema de abastecimento de água na cidade. Na seção de Queixas e Reclamações do A Tarde encontramos:

Cano arrebtado – Vários moradores a Ladeira da Gameleira pedem-nos que chamemos a atenção da Saúde Pública para, sem perda de tempo, mandar reparar um dos canos de esgoto daquela via publica que exala cheiro insuportável.

Uma torneira à Vila Rocha – Desta via publica, transversal á rua dr. Seabra pedem-nos que apelemos para quem de direito, no sentido de mandar reparar uma torneira do serviço de água que se arrebtou e, assim, jorra água dia e noite dando lugar a formação de poços originando-se delas mosquitos, muriçocas, etc.<sup>33</sup>

Os moradores de alguns bairros e localidades encontraram nos veículos de comunicação espécie de tribunato da plebe através dos quais realizavam suas queixas e reclamações. Ao longo das leituras realizadas nos periódicos identificamos um sem-número de denúncias através das quais podemos ler as diversas irregularidades praticadas no processo

<sup>32</sup> Jornal A Tarde. 23 de Janeiro de 1931.

<sup>33</sup> Jornal A Tarde. 23 de Fevereiro de 1931.

de implantação do sistema de abastecimento. A matéria intitulada “Está melhorando a situação do Matadouro do Retiro” ilustra a situação:

Foram ordenadas obras urgentes e resolvido o problema do abastecimento de água. Atendendo a determinação do prefeito em vista do estado geral do Matadouro do Retiro foram levantadas plantas e orçamentos de obras urgentes de que o mesmo carecia. Por igual foi ordenada a abertura de um poço artesiano, resolvendo-se assim, o problema do abastecimento de água ali.<sup>34</sup>

Como os membros dos grupos sociais menos favorecidos não participavam formalmente da política institucionalizada, através de outros mecanismos como pequenas passeatas ou apor intermédio das denúncias nos periódicos, reivindicavam contra a carestia elementos básicos e necessários à sobrevivência como alimentos, o preço dos aluguéis e as taxas abusivas cobradas pela municipalidade pelo fornecimento ineficiente de água assim como pelos reparos nas instalações quando necessários.

Segundo José Murilo de Carvalho nos anos primeiros do século XX

[...] a ação política popular se dava fora dos canais e mecanismos previstos pela legislação e pelo arranjo institucional da República. Na maior parte das vezes era reação de consumidores de serviços públicos; reação a alguma medida do governo, antes que tentativa de influir na orientação da política pública.<sup>35</sup>

As análises de Carvalho referem-se às formas de participação popular nos anos primeiros da República no Rio de Janeiro. Essas formas de participação popular também foram praticadas em Salvador haja vista que as matérias e reportagens identificadas nos periódicos dão a exata medida das ações populares quanto as medidas adotadas pela administração pública.

Nos periódicos observamos entre os anos de 1930 e 1939 a existência de diversas matérias relativas a reclamações dos trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda e autônomos sobre falta de água, como a que se segue:

“Água no Tororó é um castigo”

<sup>34</sup> Jornal A Tarde. 04 de Abril de 1930.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. “O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras”. In: *Revista do Rio de Janeiro*. RJ-Niteroi, vol. I, nº. 3, 1986, p.07.

Sem comentários noticiamos a justa reclamação de moradores ao Tororó, esperando que a repartição competente providencie a respeito. Quando ali se não registra absoluta falta de água, esta começa a correr das doze horas da noite em diante sem pressão para subir aos reservatórios o que obriga os moradores a forçadas vigílias esperando o movimento das águas para colhe-las nas baixas torneira de transmissão. É um castigo horrível a que já não se pode resistir: perder uma noite para colher duas latas de água e esta barrenta.<sup>36</sup>

Dentre as cinquenta matérias encontradas no Diário de Notícias entre os anos de 1930 e 1939 quarenta por cento delas correspondem aos protestos contra falta de água, ao aumento das taxas cobradas pelo fornecimento ainda que com as faltas constantes, à carestia dos alimentos, à falta de limpeza urbana e aos aumentos constantes nos preços dos aluguéis. Este tipo de ação política popular, de acordo com Carvalho não se relacionava ao desejo de participarem dos fóruns de decisões de planejamento na esfera administrativa, mas de serem “ouvidos e representados” posto que “o Estado aparece como algo a que se recorre como algo necessário e útil mas que permanece fora de controle, externo ao cidadão.”<sup>37</sup>

No A Tarde, dentre as noventa e sete matérias identificadas para o mesmo período, aproximadamente trinta por cento referem-se à mesma problemática.

“A Ladeira da Poeira está faltando água”

A ladeira da Poeira, de acordo com a queixa trazida a esta redação por pessoas ali residentes está faltando água. É que o precioso líquido corre apenas pela manhã e, como “corre”, não dá tempo a que se encham os tanques respectivos. Mas, pouca como vai, a água é sempre barrenta e perigosa. Aqui fica a justa reclamação.<sup>38</sup>

Durante os anos 30 diariamente foram registrados nos periódicos as diversas reclamações populares endereçadas a municipalidade soteropolitana a quem exigia a resolução para os seus problemas. Não foram poucos os momentos em que a população ficou durante dias sem água em suas moradias e quando a água começava a “correr” já acontecia tarde da noite. Havia denúncias quanto à presença de resíduos de petróleo na água fornecida através dos encanamentos.

Irregularidades no fornecimento, taxas abusivas e multas por atraso no pagamento pelos consumidores. Esta era a rotina a que a população estava sujeita. Dentre os bairros e localidades mais observados nos periódicos na seção de Queixas e Reclamações listamos: Ladeira da Gameleira, Rua da Glória, Rua Joaquim José Seabra, Ladeira da Saúde, Barra,

<sup>36</sup> Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA: Sexta-feira 08 de agosto de 1930.

<sup>37</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 09.

<sup>38</sup> Jornal A Tarde. Quarta-feira: 08 de janeiro de 1931.

Baixa dos Sapateiros, Liberdade, Barris, Conceição da Praia, Pilar, Mares, Itapagipe Penha, Rio do Cobre, Carmo, Sé, São Pedro, Ladeira do Gravatá e Rio Vermelho.

Em *Humilhação e Devastação na Bahia*, Nelson de Souza Carneiro reuniu trechos da documentação da gestão do Interventor de Juracy Magalhães referente à década de 1930. Naquele texto, Carneiro salienta que o serviço de abastecimento de água era de má qualidade. Ele resume que:

[...] do que temos dito se vê bem que na Bahia o povo é obrigado a pagar muito caro água que não tem para beber, por isso que ela é demasiadamente escassa. É muito comum em casas de família despender-se mais de cem mil réis (100\$000) em pagamento a carregadores de latas de água para urgentes e inadiáveis necessidades domésticas ... O que é certo e incontestável, sem nenhuma dúvida, é que o serviço de fornecimento de água na Bahia é mau; a população sofre sede e paga caro a ruim que não tem para beber. Entretanto, o interventor da Bahia tem o desprazo de afirmar que o serviço de águas e esgotos daquele Estado é dos melhores do Brasil.<sup>39</sup>

Carneiro também corrobora com o entendimento de como se processou a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador. As questões em torno do fornecimento de água deu lugar a uma série de discussões entre os distintos setores sociais. Em todas as localidades da cidade os problemas advindos com a introdução do sistema de abastecimento causaram sérios problemas. Nos bairros mais afastados como no da Liberdade água, energia elétrica, saneamento básico e calçamento eram “artigos de luxo”.<sup>40</sup> Os moradores dessa região queixavam-se dizendo que “Deus os havia esquecido”<sup>41</sup>. Mesmo depois de iniciado o processo de implantação do sistema de fornecimento, nos bairros mais distantes como a Liberdade, o abastecimento continuou sendo praticado por aguadeiros que se utilizando de jegues como meio de transporte permaneceram tendo os as fontes, os chafarizes e o dique como lugares de onde pegava água e, ladeando a cidade, alcançavam as localidades mais longínquas, cobrando pelos serviços, 800 réis por carga. Estes trabalhadores, com meia dúzia de barris nos lombos daqueles animais, percorriam as tortuosas ladeiras da cidade colonial. Por onde passavam costumeiramente os animais deixavam restos e rastros de excrementos, rotina que contrariava os sanitaristas.

<sup>39</sup> CARNEIRO, Nelson de Souza. *Humilhação e Devastação na Bahia: Análise documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães*. Salvador: EGBA, 1933.

<sup>40</sup> Jornal. A Tarde. 27 de janeiro de 1933. Ver a matéria intitulada *É um bairro que Deus esqueceu*.

<sup>41</sup> Essa expressão é encontrada na maioria das edições dos jornais trabalhados. Sempre que os jornalistas entrevistavam os moradores dos bairros afastados do centro da cidade, eles se posicionavam quanto às formas que eram tratados pela administração da cidade.

Havia ainda os agentes contrabandeiros que se beneficiavam da água clandestinamente, uma prática que entrou para a história de Salvador como “fazer gato” que nada mais é do que o costume do beneficiamento ilícito de água ou energia elétrica roubados à vizinhança desatenta. Quarteirões, avenidas e becos inteiros utilizavam desta prática como forma de burlar as altas taxas cobradas pelo fornecimento comercial ou residencial. Na localidade dos Dendezeiros, adjacente ao bairro da Ribeira e do Bonfim na Cidade Baixa, uma vila industrial formada por onze prédios e os moradores daquele lugar utilizavam-se deste tipo de recurso, o gato. O fato chegou ao conhecimento da Repartição dos Serviços de Água que tratou de fechar a torneira existente no local utilizada para tal fim. Os donos dos prédios tiveram que pagar multas referentes aos prejuízos e providenciar as devidas instalações para que pudessem ter o direito de usufruir. O mesmo aconteceu com os moradores da redondeza.

Por conta da imperícia dos instaladores dos registros algumas áreas da cidade chegaram a ficar 120 dias sem o fornecimento de água como aconteceu nas ruas Mesquita e Amparo do Tororó.<sup>42</sup> Um grupo de moradores daquelas localidades elaborou o seguinte:

Exmo. Sr. Dr. Corrêa de Menezes, secretário do Estado e Interventor interno:

Nós abaixo assinados proprietários e inquilinos às Ruas Mesquita e Amparo do Tororó, vimos solicitar de V. Exa. como homem honesto e justo, a atenção para a falta de água que há cerca de 120 dias nos tem flagelado, a pesar de pagarmos, mensalmente, dezoito mil réis (18\$000). Não é porque haja falta deste precioso líquido que não só é para alimento, mais indispensável á higiene; é apenas defeito de manobra. Queremos, pois, pedindo a V. Exa. Sugerir a autorização da mudança do registro situado no princípio da ladeira para um pouco abaixo, o que não trará prejuízo a nenhum interessado, contanto que não haja interesse da parte de quem operar em nos deixar na falta, como todos nós temos verificado, assim como o espaço de tempo em que ficar aberto o registro ... Tanto que, ao que parece, a culpa não é do Departamento de Águas e sim do encarregado do registro, aquela zona, conforme se depreende na petição acima.<sup>43</sup>

Em função da inoperância dos técnicos responsáveis pelas instalações dos registros para o fornecimento e abastecimento de água acabou imperando a lógica do “cada um por si”, maneira através da qual os moradores de diversas localidades criavam alternativas para o seu provimento. Somado aos problemas já mencionados, setores da população também disputavam com os vapores do Cais do Porto na Companhia das Docas que estendiam no meio da rua mangueiras por onde circulavam pedestres e automóveis, prática que fomentou as

<sup>42</sup> Inclusive, a Repartição do Saneamento de Salvador no ano de 1935 incendiou e a falta de água favoreceu para que os estragos não tivessem sido contidos. O prédio novo deste órgão só ficou pronto em Agosto de 1937.

<sup>43</sup> Jornal Diário de Notícias. 10 de outubro de 1933.

mais diversas críticas populares também endereçadas aos condutores de carros de praça e demais proprietários de automóveis que utilizavam dos aguadouros públicos em benefício próprio. Algumas trabalhadoras autônomas como as lavadeiras relatavam que:

[...] na fonte dos Padres, por exemplo, todas as manhãs são lavados por um corcunda mal criado os automóveis 1565 e 1619 que estacionam na Praça Cayru e que o trabalho é de tal maneira executado que já se quebrou a pia da referida fonte. Depois de infringirem assim com tal acinte e impunidade, a postura municipal sem um fiscal que o veja e proíba, saem para desrespeitar as outras no atropelo pelas ruas. Fonte pública não é para lavar automóveis.<sup>44</sup>

No decorrer dos anos 30 por intermédio dos meios de comunicação a população soteropolitana se informava dos projetos destinados a resolver os problemas referentes ao sistema de fornecimento de água. Uma desses foi o Projeto Saturnino de Brito que visava montar uma estrutura de captação de água dos rios do Cobre, Ipitanga e Jaguaripe. Através de um sistema de tubulação a água seria desviada para a Estação da Bolandeira situada no bairro da Boca do Rio, parte litorânea de Salvador. Nesta estação, a água captada daqueles rios passaria por um processo de filtração e tratamento químico. A perspectiva era tratar diariamente 46.000 metros cúbicos de água para o consumo doméstico e comercial. Uma vez tratada a água seria distribuída para os outros reservatórios localizados na Cidade Baixa e na Cidade Alta.

Para efetivar tal empreendimento o governo do Estado se valeu de materiais e equipamentos adquiridos no estrangeiro como o cimento, tubos de ferro e aço, registros e conexões, aparelhos para tratamento químico, filtros, bombas e motores elétricos, ferro para fazer as vigas e chumbo para as juntas. Dessa maneira,

[...] isenção de direitos conseguida pelo Interventor Juracy Magalhães representa uma economia considerável que compensa o acréscimo de custo do material estrangeiro devido á baixa do cambio. Assim, a remodelação e aumento do abastecimento de água na nossa capital estão sendo feitos dentro do orçamento oficial apesar de se executarem obras complementares e das interrupções havidas com a falta de recursos de outubro de 1930 a igual mês do ano seguinte quando assumiu o governo do Estado o Capitão Juracy Magalhães.<sup>45</sup>

Ao passo que Salvador passava por uma devassa relativa ao reordenamento e à reorganização dos espaços urbanos tornou-se preciso aos olhos da municipalidade local tornar

---

<sup>44</sup> Jornal A tarde. 23 de janeiro de 1937. Ao mesmo tempo em que protestavam as lavadeiras também foram alvo de dezenas de ataques de pessoas que reclamavam pelo fato delas utilizarem das águas das fontes para a lavagem de roupas. Neste jornal, encontramos uma reclamação de um morador de Dias D'Ávila que condenava a presença das lavadeiras nas fontes ali existentes, alegando que elas contribuam na poluição das águas com o uso de produtos como sabão, detergentes e outros agentes químicos. Ver: Jornal A Tarde. 23 de janeiro de 1936.

<sup>45</sup> Jornal Diário de Notícias. 3 de abril de 1934.

a paisagem urbana em um cenário que refletisse modernização, civilização e higienização. O título de uma matéria identificada no A Tarde evidenciava os desejos das políticas públicas vigentes em mudar a feição da cidade. Lê-se no título da matéria “Transformando os aspectos vergonhosos da cidade”.<sup>46</sup> Os aspectos vergonhosos referiam-se às condições em que se encontravam as avenidas, ruas e vielas da cidade. Neste sentido, uma varredura foi promovida nos quatro cantos, porém, do ponto de vista da promoção da condição de bem-estar social e infraestrutura as melhorias alcançadas apenas alcançaram os bairros e as localidades viviam as elites locais.<sup>47</sup>

Em nome da saúde pública a vigilância sanitária realizava diversas incursões higienísticas: era o projeto modernizador. Casas e estabelecimentos comerciais, sobretudo os de venda de alimentos não passaram incólumes sendo continuamente inspecionados para verificação das condições do local e dos produtos que ali eram comercializados. Informa

[...] o dr. Arnaldo Silvany do Serviço de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, numa investida feita com seus auxiliares Antonio dos Anjos e Francisco Barreto encontraram os seguintes produtos completamente podres: Mercado Modelo: 15 quilos de surubim; carne do sol, 10 quilos; peixe, 201 quilos e camarão 15 quilos. 1º Armazém das Docas: 3 barricas de bacalhau; 2º Armazém das Docas: 450 caixas de batatas; 4º Armazém: 200 caixas de batatas; 5º Armazém: 10 sacas de arroz; 8º Armazém: 5 sacas de café.<sup>48</sup>

Em finais dos anos 30 a industrialização e comercialização da água tomaram novos contornos. Na Ilha de Itaparica, por exemplo, através do então prefeito Antonio Bulcão Sobrinho, a Empresa de Águas Minerais iniciou uma nova atividade: a comercialização das águas da Fonte da Bica então reconhecida por suas propriedades curativas. Um outro exemplo para o contexto em questão foi a entrada em cena da indústria de eletrodomésticos possibilitando através da criação do refrigerador um novo hábito cultural: o consumo de água gelada. Com a difusão lenta do uso dos refrigeradores, raras eram as famílias que possuíam em suas casas estes aparelhos.

### 3. Considerações Finais

Urbanizar, modernizar, civilizar, metropolizar, desfrancizar... Seja qual for o adjetivo, durante os anos 30 Salvador do século XX, forçosamente, foi inserida numa espécie de orquestramento civilizatório que visava docilizar os códigos de conduta sociais e as

<sup>46</sup> Jornal A Tarde. 10 de Junho de 1931.

<sup>47</sup> AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2ª ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

<sup>48</sup> Jornal A Tarde. 12 de Dezembro de 1930. Título da matéria: “Mesmo baratos, há gêneros podres para vender: a limpeza feita pela Saúde Pública”.

práticas culturais que a colocasse em alguma sintonia com outras cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo cujo modelo civilizatório em larga medida foi copiado quando não da Inglaterra, da França. Dessa maneira, percebemos que em Salvador o processo de implantação do sistema de abastecimento de água se processou de maneira lenta e desordenada não atendendo de maneira satisfatória e equitativa toda população.

A maioria das fontes, assim como os chafarizes outrora existente em diversas localidades da cidade foram substituídos em nome de uma modernização pela a introdução de um sistema de abastecimento hídrico que incipiente e caótico à época causou verdadeiro transtorno na cidade. Além disso, no que tange ao entendimento sobre a necessidade de preservação patrimonial parece que Salvador perdeu essa aula, sendo fato a forma como desapareceram dos cenários urbanos da cidade importantes sítios históricos como as fontes e os chafarizes, monumentos-documentos. Na confusa e histórica urbanização soteropolitana a Lagoa do Abaeté sucumbiu aos crescentes empreendimentos imobiliários de grande porte. Diferente da Lagoa, o dique do Tororó resiste em suas modestas dimensões e continua contando histórias possíveis sobre o lugar.

Ingressamos num processo de civilização dos códigos de conduta sociais e das práticas e culturais para atender sobremaneira as demandas então operacionalizadas na ordem econômica internacional, mas não conseguimos docilizar nem tão pouco civilizar nessa cidade as relações sociais que a todo instante sinalizavam para as desigualdades nas ocupações dos espaços e serviços em sua cartografia.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. J. de S. “**A estrutura e os fundamentos da colonização Portuguesa no Brasil do século XVI**”. In.: NEVES, Vera Mendes da Costa (org.). Salvador: SEC/IAT/Boanova, 2000.

AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2ª ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

BAHIA. IPAC/Monumentos. s/d.

BAHIA. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Inventário de proteção do acervo cultural*. s/d, vol. 1.

CARNEIRO, N. de S. *Humilhação e Devastação na Bahia: Análise documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães*. Salvador: EGBA, 1933.

CARVALHO, J. M. de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 24.

DAVID, O. R. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Sara Letras, 1996.

FERREIRA FILHO, A. H. *Salvador das Mulheres: condição feminina na Belle Époque imperfeita*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994. (Dissertação).

NUNES NETO, F. A. **A Condição Social das Lavadeiras em Salvador (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram**. Salvador: UFBA-FFCH, 2005. (Dissertação).

PEIXOTO, A. *Breviário da Bahia*. Ministério da Educação e Cultura, 1980.

SALVADOR. IRDEB – Instituto de Rádio e Difusão do Estado da Bahia. Vídeo/documentário sobre as lavadeiras. s/d.

SOARES, C. M. *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994. (Dissertação)

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

VIANNA, H. *A Bahia já foi assim*. 2ª ed., São Paulo: GRD, 1979.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969.

### **Jornais:**

A Tarde. Salvador-BA. Período consultado: janeiro/dezembro de 1930 a 1939.

Diário de Notícias. Salvador-BA. Período consultado: janeiro/dezembro de 1930 a 1939.